

pesca, instituída que foi há pouco, a SUDEPE. Espera-se que, de seu trabalho e de sua dedicação à tão importante setor, resultem todos aqueles benefícios que a Pátria deseja.

Ainda há poucos dias foi instalado um grupo de trabalho para propor medidas, tentativas e melhor aproveitamento dos mares piscosos do Brasil. Seria de grande utilidade, um subsídio valioso para aquele grupo de trabalho o que assegurou, ainda há pouco, o Engenheiro Cícero Marques Vassão, trabalho intitulado "Necessidades da Pesca no Srtor Portuário do Rio Grande".

Ali, entre outras coisas, se diz que a missão portuguesa confirmou as nossas condições excepcionais no Rio Grande do Sul, no setor da pesca, ao reconhecer inclusive que excepcionalmente, os mares da zona sul dispensam prospeção imediata, pois já se conhece de sua riqueza ictiológica e possibilidades extrativas, suficientes para garantir a uma frota de pesqueiros de tonagem média, a obtenção do produto em elevadas quantidades, o que vem ocorrendo.

Espero, portanto, Sr. Presidente, que aquele grupo de trabalho, recentemente organizado, recolha, deste importante estudo do Engenheiro Cícero Marques Vassão aquilo que consideramos indispensáveis para o resultado feliz de sua atividade.

Quero a seguir, Sr. Presidente, dizer que tenho recebido do Rio Grande do Sul, através de certos diferentes entidades sindicais dos trabalhadores da indústria de caiação de Nova Hamburgo, dos trabalhadores em fiação e tecelagem, de Rio Grande, dos trabalhadores das indústrias de alimentação da Federação com âmbito estadual de entidades da Cidade do Rio Grande e de Caxias e de Santa Maria, protestando contra certos detalhes que compõem o importante trabalho elaborado há pouco pelo eminente jurista rio-grandense Dr. Mozart Vitor Rusomano sem dúvida alguma trabalho de grande importância e de extensão extraordinária, que merece pelo seu valor jurídico todo o nosso respeito e acatamento.

Mas não podemos deixar de sintomizar, com aquelas entidades de trabalhadores do Rio Grande do Sul quando protestam sobre certos detalhes que se pretendem introduzir na nossa legislação social-trabalhista inclusive, principalmente, aqueles em que se pretende tirar do trabalhador o direito de continuar com a plenitude atuar a exercer a sua ação nos organismos da Justiça do Trabalho. Aquí, fica registrado perante o nosso ponto de vista favorável a opinião das entidades de classe do Rio Grande do Sul. E, afinal, como lembrete a digna e douta Comissão Especial que estuda o projeto de aumento dos vencimentos dos servidores federais, quero trazer ao seu conhecimento uma estatística que me vem de setor altamente autorizado no assunto, revelando que o custo de vida aumentou de tal forma que talvez nem mesmo os 70% pleiteados poderão cobrir a diferença entre o aumento verificado em 1962 segundo a estatística, e o agora verificado em março de 1963. (Muito bem).

O SR. MAGALHÃES MELO:
(Para uma comunicação) — Sr. Presidente, desejo estranhar a demora com que vem sendo discutido o projeto de aumento do funcionalismo civil e militar da União. Na verdade, até hoje a Comissão se reuniu duas vezes e, ao apreciar a mensagem, chegou a conclusiva evidência de que ela estava errada de erros e que o texto constante da mensagem não podia atender, como realmente não atende, aos

reclamos da numerosa classe dos servidores públicos civil e militares.

Quero, na oportunidade, louvar a empenho do Ilustre Deputado Henrique La Rocque dada hoje no "Correio Brasiliense" a respeito da situação dos Teroureiros. Entendo, na qualidade de membro daquela Comissão, como o Ilustre Deputado a que me refiro, que o lote de certas classes não deve ser rebaixado, não só dos Teroureiros como também dos Procuradores, porque na verdade essas categorias já fixaram seu padrão de vida dentro de certa nível, não sendo possível adotar uma política de rebaixamento de vencimentos, cujos aspectos constitucionais são, sem dúvida, duvidosos no seu aspecto.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, quero também mencionar que apresentarei, naquela Comissão, emenda ao projeto, no sentido de que nenhuma pensão, por lei concedida a descendência, ascendente ou parente colateral de servidor civil ou militar, seja inferior ao salário-mínimo vigente onde se achie domiciliado o beneficiário.

Nada indica que a inflação venha sendo detida, a despeito do Plano Trienal, e a curva do crescimento dos índices de preços deve, sem dúvida, corresponder ao aumento dos salários e vencimentos. Na França, na Inglaterra e em outros países, o Governo adotaram a política chamada de salário e vencimento de escala móvel como único meio de fazer com que haja um ajuste automático, entre os índices da inflação e os índices dos custos de preços e dos salários e vencimentos.

Naquela Comissão, agitei com espírito público, sem qualquer dúvida, adotando, paralelamente à condução do aumento de vencimentos, aquela outra que de ao Governo receita que não seja de caráter inflacionário.

Dessa forma, Sr. Presidente, temos atendido aos reclamos que nos estão chegando através de mensagens e cartas recebidas de todos os Estados da Federação. Apenas acho que o Líder do Governo nesta Casa deve, de logo, apresentar as emendas que aqui seriam trazidas relativamente aos funcionários militares e também, a Comissão Interministerial para que, como membros daquela Comissão nos possamos reunir mais rapidamente, para atender aos anseios do funcionalismo público do País. (Muito bem).

O SR. GERALDO DE BARROS:

(Para uma comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao usar a tribuna, desta Câmara pela vez primeira, desejo, de início, fazer minha saudação aos Ilustres membros da Mesa. A residência desta Casa e aos Ilustres colegas de Norte ao Sul deste País. Quero, também, nesta oportunidade, levar aqueles que me confiaram seus votos enviando-me para cá como representante da Média-Paulista, Média e Alta Sorocabana, no Estado de São Paulo, os agradecimentos sinceros e a certeza de que aqui estará um seu representante procurando dar o máximo para a solução dos problemas da nossa Pátria.

As linear estas palavras, como elemento interiorano desejo cuidar de dar minha opinião sobre vários problemas, principalmente sobre o problema da falta de revisão agrária. Quero declarar, como elemento do Interior, que há muitos anos já não me conheço profundamente da situação que hoje enfrenta o trabalhador rural vive uma situação das mais difíceis, porque, primeiramente, diante da cidade, quando acontece adoece alguém em sua casa surge o problema doloroso da assistência médica. No local em que o trabalhador rural trabalha isto não existe, no Estado de São Paulo, consi-

derado adiantado nesse setor. A assistência médica lá ainda é pequena. No passado, já ao tempo do Governo Ademar de Barros, no segundo período em que exerceu seu mandato, criou S. Exa. o Serviço Agrário Médico-Rural, levando médico, dentistas, enfermeiros e medicamentos até os trabalhadores em diversos pontos de cada município. Infelizmente, medida tão salutar, tão cara de assistência ao trabalhador pobre, não vingou. No Governo seguinte, do Sr. Jânio Quadros, foi cancelado esse serviço. Depois de a situação do trabalhador, dos homens que vivem no interior na mais difícil situação, agora agravada com o problema financeiro, de maneira tremenda.

O principal produto de nossa economia, o café, está completamente abandonado. Com os preços avulsos do produto, vendido no P.S., o lavrador não aquire recursos suficientes para pagar melhor aos seus trabalhadores. Seria preciso que a política cafeeira, dirigida pelo Instituto Brasileiro de Café, repartisse, melhor, os lucros obtidos com a venda do café ao exterior, que abundasse o comércio cambial, permitindo maior prêmio ao trabalhador que lavra a terra, a fim de que ele possa também dar aos seus trabalhadores um melhor preço mais justo, para que estes possam atravessar a situação em que vivemos.

E como podem os lavradores pagar o salário mínimo?

O interior vive momentos de apreensão, de a aflição, assistindo a situações que não são as verdadeiras e as próprias para o momento que atravessamos.

Quero dizer aos meus nobres pares que aqui estarei colaborando, cooperando para que se dêem, principalmente à zona rural, na questão agrária, as necessárias medidas de assistência e de amparo. No governo passado de São Paulo, já se processou ensaio da revisão agrária. Lá, o almeido, que era vendido por 30 mil cruzeiros, hoje, pelos financiamentos que o governo vem fazendo aos trabalhadores, já está no ordem de 700 mil cruzeiros por alqueire para o Estado.

Assim, pois, deixo esta tribuna, com emoção na minha primeira oportunidade de ocupá-la, dizendo que aqui espero cooperar, colaborar e responder à confiança dos interioranos do Estado de São Paulo que me honraram com seu voto e para aqui me mandarão. (Muito bem).

O SR. ABEL RAFAEL

(Para uma comunicação, sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou encaminhando à Mesa pedido de informações ao Ministério da Viação, sobre o estado atual do ramal Lima Duarte-Bom Jardim. Numá época em que precisamos de comunicações, este ramal se arrasta há 50 anos, é uma obra de "santa enxada". Já consumiu quase um bilhão de cruzeiros e não anda.

Então desejo, mais uma vez — já na última legislatura pedi três ou quatro informações — saber o progresso dessa obra, porque não é crível que um ramal que devia unir a Rede Mineira de Viação, que é maior em extensão do nosso Brasil, à Central do Brasil e à Leopoldina, outras redes extensíssimas, e para uma Rede de grande extensão, tal vez a maior deste Continente, não é crível — repito — continue parado, limitando-se apenas a seguir de Juiz de Fora a Lima Duarte. É preciso que seja concluído, e os rumores que correm na região a respeito do plano de obras é simplesmente escandaloso.

Assim, Sr. Presidente, é preciso que o Ministério da Viação, a cuja se encontra agora um Ministro de mentalidade ferroviária, termine de vez este ramal. É este o sentido de meu pedido de informações. (Muito bem).

O SR. JOAO MENDES:

(Para uma comunicação) — Senhor Presidente, os nobres eminentes deputados são homens de boa fé. O seu mandato, o mundo que vivem, não lhes permite a malícia indispensável para compreender o jogo das nossas intrigas comuns.

Ignoram, e o natural essa ignorância, que em verdade não se prete de a emenda da Constituição para fazer a reforma agrária, mas para abrir uma brecha no capítulo "Dos Direitos e das Garantias Individuais", que terá alargada até permitir que por ela entrem os princípios que antiequem e regimem democráticos, não se devendo perder de vista o objetivo, por via transversal, de alterar-se os artigos 136 a 140 da nossa lei magna, que trata das inalienabilidades.

Ainda entem discutimos, na Comissão de Justiça da Câmara, o projeto, já aprovado pelo Senado, de autoria do Senador Milton Campos, que opera, em termos salutaríssimos e bem avançados, a reforma agrária, sem se haver tocado na Constituição.

Não sabem e não podem, pelo seu despreparo, por motivos óbvios, no assunto, os nobres cristíssimos bispos, autores do manifesto já tão bem explorado pelas esquerdas, qualiter das implicações de natureza política e jurídica dessa reforma constitucional que eles leriam acensado, segundo interpretação tendenciosa.

Não conheço parlamentar que seja contra as reformas necessárias ao desenvolvimento do País, mas nós, democratas, consideramos desnecessária qualquer modificação do art. 131 da nossa Carta Magna para o atendimento às reivindicações do povo brasileiro. Desnecessária e, sobretudo, inconveniente na hora política que vivemos.

Os nobres queridíssimos bispos teriam involuntariamente, estou certo, possibilitado uma grande abertura para a esquerda, desatentos ao mal causado à Democracia Brasileira neste momento dramático da sua vida.

Aberturas como essa dão em resultado o que acaba de acontecer na Itália, com os demócratas cristãos, obtidos nas eleições pelos comunistas, que, dentro em breve, dominarão o País sede da Igreja Católica.

Faço claro que faço em meu nome pessoal e não no da Ação Democrática Parlamentar, da qual sou presidente. (Muito bem).

V — O SR. PRESIDENTE

Passa-se à primeira parte do grau. Tem a palavra o Sr. Elói Dutra.

O SR. ANTONIO BRESOLIN:

Sr. Presidente, peço a palavra com a licença do orador.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre deputado.

O SR. ANTONIO BRESOLIN:

(Para uma comunicação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quero apenas aproveitar a oportunidade, graças à concessão generosa do eminente colega que se encontra na tribuna, para fazer o registro das muitas queixas que tenho recebido do Município de Santo Angelo a Capital das Missões, contra a falta de providências da parte do Governo do Rio Grande do Sul e, também, da parte do Governo Federal. A região setentrional missionária é a maior produtora de soja da América Latina e lá não chegou, até hoje, nem a mão do técnico nem o aparato do Governo. Os produtores estão lutando com as mais tremendas dificuldades. Daí, o motivo da minha presença neste microfone, fazendo mais um veemente apelo ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Agricultura no